



Relatório Anual

2011

ÍNDICE

3 INTRODUÇÃO

5 PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2011

9 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

22 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

22 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

24 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

26 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

28 PARECER DO CONSELHO FISCAL

29 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

30 GLOSSÁRIO

32 ANEXO

PARECER ATUARIAL

INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em cumprimento aos dispositivos legais apresenta o Relatório Anual de suas atividades durante o ano de 2011.

Encerramos o exercício de 2011 com 1.232 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna, com foco nos resultados e no cliente.

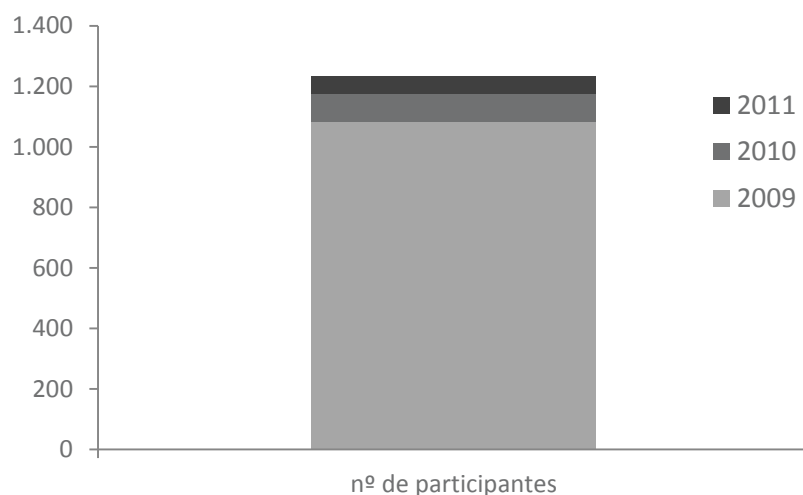
Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Participantes*	1.084	1.174	1.232
Idade média (anos)	37,23	37,82	38,52
Tempo médio de filiação ao Plano (anos)	1,5	2,26	3,02
Contribuição média	R\$ 139,87	R\$ 149,80	R\$ 163,31
Saldo individual médio	R\$ 3.927,13	R\$ 5.539,85	R\$ 6.959,03

(*) Valores não contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um aumento no número de participantes em 2011 na ordem de 5%, quando comparado com o exercício de 2010.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



Assistidos

O Plano APCDPREV possui atualmente 01 (um) participante assistido e nenhum beneficiário em gozo de benefício de pensão por morte.

Desde o início do funcionamento da Entidade, em agosto de 2007, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade. Com o envio do documento, a APCDPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011. Foi especialmente no segundo semestre do ano, coincidindo com o agravamento da crise financeira em alguns países da Zona do Euro, que a economia brasileira perdeu dinamismo. Na verdade, o crescimento interanual do PIB vem desacelerando desde o segundo trimestre de 2010. O ano de 2011 começou com crescimento de 4,2% no primeiro trimestre contra o mesmo período do ano anterior e terminou com crescimento bastante anêmico de 1,4%. Cabe ressaltar, no entanto, que o crescimento trimestral na série com ajuste sazonal (contra o trimestre imediatamente anterior) foi sempre positivo, exceto pelo desempenho do terceiro trimestre do ano. A boa notícia é que no último trimestre de 2011, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior.

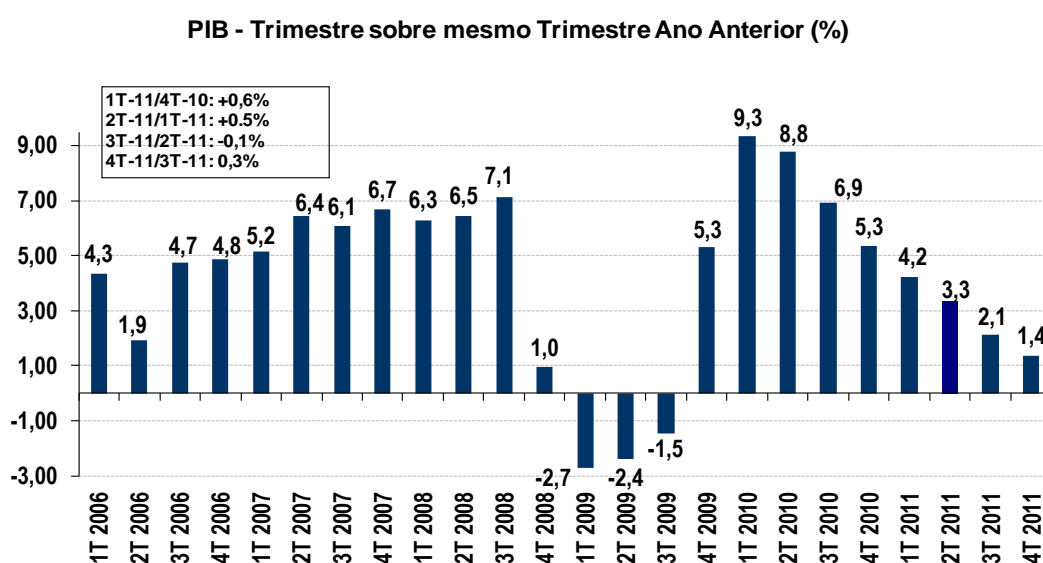


Figura 1 - Fonte: IBGE

O Brasil cresceu menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo com a última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 6,2%. De todo modo, dado o baixo crescimento demográfico do país, o PIB per *capita* continuou a se expandir, desta vez à taxa de 1,8%, chegando a R\$21.252 no ano. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil. Dessa forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações.

É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e a ainda baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um

número exato, essa taxa estaria entre 4% e 5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2011 foi um ano em que a economia europeia voltou a gerar muitas incertezas, no qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas negativas de crescimento já no último trimestre do ano. O excesso de liquidez que foi injetado nos mercados, pelos bancos centrais dos países avançados, para evitar problemas financeiros maiores, acabou contribuindo para valorizar muito o Real e a indústria sofreu as consequências.

Com efeito, a produção industrial no Brasil cresceu até o primeiro trimestre do ano passado e depois desacelerou significativamente. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3%. Dentre os setores industriais, o que registrou melhor desempenho foi a indústria produtora de bens de capital, o que não deixa de ser uma boa notícia, pois reflete algum dinamismo no tão necessário investimento.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam a muito tempo da falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,7% em dezembro de 2011. Essa taxa tinha sido de 5,3% um ano antes e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em 2011, cresceu 2,5% em termos reais e alcançou R\$1.672 em dezembro na média.

Apesar da desaceleração no crescimento do PIB, o mercado de trabalho superaquecido contribuiu para que a trajetória da inflação fosse bastante preocupante durante boa parte do ano. Com efeito, a taxa de inflação em doze meses, de acordo com os preços ao consumidor do IPCA, ficou acima do teto da meta de 6,5% oito meses seguidos, entre abril e novembro do ano passado. Chegou a um pico de 7,31% em setembro e fechou exatamente no limite de 6,5% em dezembro. Em 2010, já tinha fechado acima da meta central de 4,5% (5,91%), e como as expectativas de mercado para 2012 e 2013 já estavam acima da meta central em fins de do ano passado, é muito provável que tenhamos pelo menos quatro anos seguidos de incumprimento da meta de inflação. Já o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os aluguéis – é muito mais volátil e passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010 (11,32%) e subiu para 5,10% no fechamento de 2011.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011 o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Assim, a taxa de juros de referência fechou o ano em 11%. Ao contrário de 2010, a política fiscal de 2011 foi mais austera e isso algo contribuiu para evitar um descontrole maior da inflação. Se a política fiscal aprofundar o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos estrita e

ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o *mix* atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA convirja para o *mix* atual de política econômica na melhor das hipóteses e 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa a meta central de 4,5% apenas no final de 2013 ou início de 2014.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil encontra-se em patamar bem elevado: acima de US\$350 bilhões.

Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2012 não é maior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo trimestre do ano, levando a um crescimento em torno de 4,5% em 2013.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2011

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	212	906	Exigível operacional	119	192
Realizável	8.632	5.703	Gestão previdência	90	91
Gestão previdência	-	58	Gestão administrativa	29	101
Investimentos	8.632	5.645			
Fundos de investimento	8.632	5.645			
Permanente	-	101	Patrimônio social	8.725	6.518
Diferido	-	101	Patrimônio de cobertura do plano	8.725	6.518
			Provisões matemáticas	8.725	6.518
			Benefícios concedidos	84	0
			Benefícios a conceder	8.641	6.518
Total do Ativo	8.844	6.710	Total do Passivo	8.844	6.710

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIÇÃO %
A) Patrimônio social - início do exercício	6.518	4.264	52,85
1. Adições	2.838	2.519	12,66
(+) Contribuições previdenciais	2.050	1.986	3,23
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	436	374	16,51
(+) Receitas administrativas	352	159	121,09
2. Destinações	-631	-266	137,74
(-) Benefícios	-279	-106	162,82
(-) Despesas administrativas	-352	-159	121,01
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	2.207	2.254	-2,08
(+/-) Provisões matemáticas	-2.207	2.254	-2,08
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	8.725	6.518	33,86

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	6.518	4.264	52,85
1. Adições	2.526	2.397	5,36
(+) Contribuições	2.090	2.023	3,3
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	436	374	16,51
2. Destinações	-319	-143	122,57
(-) Benefícios	-279	-106	162,82
(-) Custeio administrativo	-40	-37	7,21
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	2.207	2.254	-2,09
(+/-) Provisões matemáticas	2.207	2.254	-2,09
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	8.725	6.518	33,85
C) Fundos não previdenciais	0	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	0	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	8.815	6.609	33,38
Disponível	212	906	-76,63
Recebível	-	58	-100
Investimento	8.603	5.645	52,42
Fundos de investimento	8.603	5.645	52,42
2. Obrigações	90	91	-0,86
Operacional	90	91	-0,86
5. Ativo Líquido (1-2)	8.725	6.518	33,85
Provisões matemáticas	8.725	6.518	33,85

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	-	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	352	159	121,16
1.1. Receitas	352	159	121,16
Custeio administrativo da gestão previdencial	40	37	7,21
Custeio administrativo dos investimentos	262	74	251,02
Outras receitas	51	48	6,34
2. Despesas administrativas	-352	-159	121,01
2.1. Administração previdencial	-260	-97	168,73
Pessoal e encargos	-28	-21	31,81
Viagens e estadias	-4	0	-
Serviços de terceiros	-106	-69	53,2
Despesas gerais	-22	-7	218,48
Depreciações e amortizações	-101	-	-
2.2. Administração dos investimentos	-92	-62	46,99
Serviços de terceiros	-92	-62	46,99
4. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	0	0	-
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	0	0	-
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)	0	0	-

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	8.725	6.518	33,85
1. Provisões matemáticas	8.725	6.518	33,85
1.1. Benefícios Concedidos	84	-	-
Contribuição Definida	84	-	-
1.2. Benefício a conceder	8.641	6.518	33,56
Saldo de contas - parcela participantes	8.641	6.518	33,56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPREV é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, instituída pela Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCD e Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas – ABCD instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários dos Cirurgiões Dentistas – APCDPREV.

O APCDPREV tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes e poderá aceitar doações, com ou sem encargos, e estabelecer acordos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes e comissões sobre a venda de coberturas de risco e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o APCDPREV não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A Entidade apresenta mensalmente balancetes, por Planos de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdências administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são consolidados por trimestre civil para envio ao órgão fiscalizador.

A coluna “Variação %” nos quadros demonstrativos representa a variação acumulada no ano e foi calculada sobre os valores em Reais, desta forma, o cálculo pode apresentar divergência quando calculado sobre os quadros demonstrativos com seus valores divididos por mil.

Visando maior transparência nos números apresentados, todos os valores mencionados nas notas explicativas estão em reais, possibilitando a visualização de valores sem os efeitos de arredondamentos dos quadros demonstrativos.

2.1. Mudanças dos critérios e procedimentos contábeis

A Resolução CGPC nº. 8 de 31 de outubro de 2011 revogou a Resolução CGPC Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, alterando os quadros demonstrativos contábeis. Desta forma a demonstração da mutação do ativo líquido passou a ser chamada demonstração da mutação do patrimônio social, que passou a ter informações complementares àquelas divulgadas no exercício anterior.

A Entidade optou por apresentar as informações referentes ao exercício de 2011, comparativo com o de 2010, de acordo com os modelos previstos na Resolução acima citada, adequando todos os seus procedimentos.

3. Sumário das principais práticas contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

(a) Apuração do resultado

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

(b) Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a

decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Custódia de títulos

Os títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP) e na Cia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

(d) Exigível operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

- Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(e) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

(f) Rateio de despesas administrativas

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

(g) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

(h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ajuste a valor de mercado dos investimentos, contingências, as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1. Balanço Patrimonial****2.1.1. Disponível**

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	211.904,58	905.943,66
IMEDIATO	211.904,58	905.943,66
CAIXA	198,55	25,20
Caixa Geral Administração	198,55	25,20
Bancos Conta Movimento	211.706,03	905.918,46
Itaú	211.706,03	905.918,46

2.1.2. Realizável**2.1.2.1. Gestão Previdencial**

Corresponde aos adiantamentos de recursos para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), bem como sua remuneração prevista em regulamento em 31 de dezembro de 2010 apresentava o saldo de R\$ 58.466,85.

2.1.2.2. Investimentos

Em 31 de dezembro, a APCDPREV possuía os seguintes investimentos marcados ao seu valor de mercado (MTM), conforme determinação da CVM, em garantia das reservas técnicas:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IH FIC de FI Previdência Associativa	8.632.349,03	5.644.697,75

A Entidade não possui fundos exclusivos, desta forma não há títulos mantidos até o vencimento em sua carteira.

2.1.3. Permanente/ Intangível

Correspondem as despesas da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultado de mais de um exercício social, tais como: organização e implantação da EFPC, instalações em imóveis de terceiros, reorganização de setores, desenvolvimento de sistemas, entre outros. Em 31 de dezembro de 2010 a Entidade apresentava o saldo de R\$ 100.762,90 na conta Gastos com Implantação Reorganização e Desenvolvimento.

Durante o exercício atual estes valores foram amortizados, e tiveram sua cobertura suportada por custeio administrativo oriundo do Plano de Investimentos.

2.1.4. Exigível Operacional**2.1.4.1. Gestão Previdencial**

Corresponde aos benefícios e retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Gestão Previdencial	89.955,55	90.740,28
IRRF S/Ben. Pagamento Único	8.366,12	213,62
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	81.057,72	90.202,08
Outras Exigibilidades	561,71	213,62

2.1.4.2. Gestão Administrativa

Corresponde aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas, e ainda no que tange as receitas da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
GESTÃO ADMINISTRATIVA	28.941,89	100.869,37
Adiantamento de Contribuições	-	58.466,85
Cofins s/Receita Administrativa	1.405,33	724,31
Icatu Hartford Administração de Benefícios Ltda.*	21.922,43	36.377,44
IRRF s/Serviços Pessoa Jurídica	182,55	-
PIS s/Receita Administrativa	228,37	117,70
PIS/Cofins/CSLL s/serviços	565,92	-
Salários e Encargos	4.512,29	3.809,52
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	125,00	265,00
Valores a Identificar	-	1.108,55

*Atual Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda.

Adiantamento de Contribuições representava os recursos do Plano de Benefícios Previdenciários utilizados pelo Plano de Gestão Administrativa para pagamento de suas despesas. O mesmo valor encontrava-se consignado no realizável do plano Previdencial, conforme descrito na nota 2.1.2.1.

2.1.5.1. Patrimônio social

Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios APCDPREV.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresenta em 31 de dezembro os saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	8.725.118,28	6.518.342,78
Provisões Matemáticas	8.725.118,28	6.518.342,78
Benefícios a Conceder	8.725.118,28	6.518.342,78
Contribuição Definida	8.725.118,28	6.518.342,78
Saldo de Contas - Parcela Participantes	8.725.118,28	6.518.342,78

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

3. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

3.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdências no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

3.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre os Programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

3.2.1. Custeio da Gestão Administrativa

3.2.1.1. Receitas

Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Representa a receita da gestão advinda da sobretaxa administrativa cobrada sobre as contribuições.

Custeio Administrativo dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

Outras Receitas

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receitas	352.376,16	159.329,86
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	39.733,35	37.062,93
Custeio Administrativo dos Investimentos	261.837,19	74.593,72
Resultado Positivo dos Investimentos	109,09	-
Outras Receitas	50.696,53	47.673,21

3.2.2. Despesas Administrativas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos

3.2.2. 1. Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

3.2.2. 2. Administração dos Investimentos

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

A soma das despesas da gestão administrativa em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesas Administrativas	352.137,49	159.329,86
Administração Previdencial	260.338,55	96.876,46
Pessoal e encargos	27.633,34	20.964,29
Viagens e estadias	4.314,19	58,56
Serviços de terceiros	105.623,96	87.475,15
(-)Serviços de terceiros (diferido)	-	(18.530,56)
Despesas gerais	22.004,16	6.909,02
(-) Despesas gerais (diferido)	-	(5.517,13)
Depreciações e amortizações	100.762,90	-
Administração dos Investimentos	91.798,94	62.453,40
Serviços de terceiros	91.798,94	62.453,40

Em 31 de dezembro de 2010 a Entidade apresentava o saldo de R\$ 100.762,90 na conta **Gastos com Implantação Reorganização e Desenvolvimento**, decorrentes do diferimento das despesas não suportadas por receitas no período de 2007 a 2010.

Durante o exercício atual estes valores foram amortizados, e tiveram sua cobertura suportada por custeio administrativo oriundo do Plano de Investimentos.

3.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) Rendas/Variações Positivas	697.651,28	448.548,92
(-) Cobertura Desp Administrativas de Investimentos	(261.837,19)	(74.593,73)
(=) Apuração do Fluxo Dos Investimentos	435.814,09	373.955,19
Gestão Previdencial	(435.705,00)	(373.955,19)
Gestão Administrativa	(109,09)	-

4. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

4.1. Auditoria de Gestão

Em cumprimento à Resolução CMN nº. 3.792/2009, foi realizada auditoria de Gestão dos Investimentos pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes, com a finalidade de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos operacionais e de controles utilizados na gestão dos recursos da Entidade.

4.2. Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 6º, da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 o a Entidade terceiriza a gestão dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante aplicação em cotas de fundos de investimentos.

5. CONTINGÊNCIA

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza fiscal, trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

São Paulo, 31 de dezembro de 2011.

Paulo Vianna Mesquita

Diretor Presidente

João Laercio Amorim

Contador CRC- SC 017.046-O-2

COMENTÁRIO FINAL

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios da APCDPREV acumulou no ano de 2011 retorno de 5,93%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que 90% dos recursos foram investidos em ativos de renda fixa, majoritariamente em títulos do Tesouro Nacional, e os demais 10% foram investidos em ativos de renda variável. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi 7,50% e do IPCA foi de 6,50% no ano.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

1. ESTATUTO

Não houve alterações do Estatuto Social da Entidade em 2011.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alterações do Regulamento do Plano de Benefícios APCDPREV em 2011.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site www.apcdprev.org.br, nas opções Institucional → Estatuto e Plano APCDPREV → Regulamentos.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2012

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 30/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Heber Luis Nogueira Fontão

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Indexador	Alvo Macro Alocação	Carteira	Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	CDI	90%	Baixo risco de crédito	0%	100%	90%
			Médio e Alto risco de crédito	0%	20%	0%
Renda Variável	IBrX	10%	Ações em mercado (*)	0%	20%	10%
			Participações	0%	0%	0%
			Outros ativos	0%	0%	0%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	Fundos de Investimento em Participações	0%	0%	0%
			Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes	0%	0%	0%
			Fundos de Investimento Imobiliário	0%	0%	0%
			Fundos Multimercados	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	Ativos	0%		
			Fundos de Dívida Externa	0%		
			BDR e Ações de Companhias estrangeiras sediadas no MERCOSUL	0%	0%	0%
Imóveis		0%	Empreendimentos Imobiliários	0%		
			Aluguel e Renda	0%	0%	0%
			Outros Imóveis	0%		
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	Empréstimos a Participantes	0%	0%	0%

*Os investimentos classificados no segmento de renda variável devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até setenta por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:

I - até setenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa;

II - até sessenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa;

III - até cinquenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa;

IV - até quarenta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa;

V - até trinta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em Bolsa de Valores;

VI - até vinte por cento em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE;

VII - até três por cento nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da política de investimentos da APCDPREV é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o prazo de investimento de um plano de aposentadoria. Por isso, essa política baseia-se principalmente em uma estimativa de retornos reais e volatilidades de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Isso significa que no curto prazo a APCDPREV pode não ter a melhor rentabilidade dentre os investimentos disponíveis no mercado, mas no longo prazo a APCDPREV está otimizando suas aplicações.

PROJEÇÃO 2012 – INDICADORES*	2012
PIB (%)	3,8
IGPM (%)	5,25
US\$ final (R\$/US\$)	1,85
SELIC média (%)	10,44

*Fonte: Icatu Seguros (Data base: 11/2011)

A APCDPREV, na execução e acompanhamento da política de investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas microalocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa etc.) e para escolher a participação de cada segmento (renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

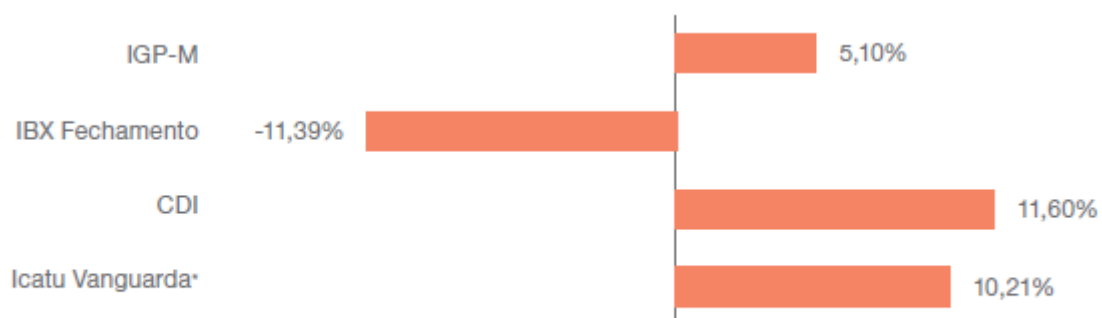
A APCDPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2011 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCÇÃO	2011		2010	
Renda variável	R\$ 787	9,12%	R\$ 530	9,39%
Renda fixa	R\$ 7.845	90,88%	R\$ 5.115	90,61%
Total	R\$ 8.632	100,00%	R\$ 5.645	100,00%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/11 A DEZ/11

*Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV
São Paulo – SP**

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

OUTROS ASSUNTOS

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) por meio da Resolução CNPC nº 8 em 31 de outubro de 2011, substituiu a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, tais variações estão apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2010 tomadas em conjunto.

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 14 de março de 2011 com a ressalva em relação ao registro contábil de despesas administrativas na rubrica de ativo diferido.

São Paulo, 26 de março de 2012.

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS – APCDPREV EXERCÍCIO 2011

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, art. 42 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2012, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e constatou-se que foram praticados com princípios gerais de governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2011, sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV.

São Paulo, 28 de março de 2012.

Reinaldo Brito e Dias

Conselheiro Titular

Eurica Yangimori

Conselheira Titular

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS - APCDPREV EXERCÍCIO 2011

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPREV referente ao exercício de 2011:

Em reunião de 29 de março de 2012, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, no uso das competências de que trata Art. 32 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPREV, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da APCDPREV e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2011.

São Paulo, 29 de março de 2012.

Dr. Raphael Baldacci Filho

Presidente de Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP): a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an lica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferenca quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

ANEXO
PARECER ATUARIAL